

O Estado de S. Paulo

12/7/1986

Montoro vai punir; e culpa os “agitadores”

O governo do Estado de São Paulo vai apurar todos os acontecimentos registrados ontem no município de Leme, e punirá todos os responsáveis "do a quem doer". Isso foi o que assegurou no início da noite de ontem, no Palácio dos Bandeirantes, o governador Franco Montoro, ao afirmar que "os conflitos trabalhistas não podem ser resolvidos com a intransigência dos poderosos ou a provocação dos agitadores". Durante toda a manhã de ontem, Montoro esteve visitando os municípios de Icem e Andradina. No entanto, manteve numerosos contatos com seus principais assessores, exigindo que tomassem providências urgentes e enérgicas para apurar os fatos e punir os responsáveis.

Do aeroporto de Andradina, Montoro o entrou em contato com o presidente José Sarney, relatando as informações que tinha recebido dos secretários Eduardo Muiyaert, da Segurança, e Alda Marcoantônio, do Trabalho. Ao chegar ao Palácio manteve contatos com o presidente da Copersucar e com outros usineiros da região, na tentativa de intermediar um acordo que resolva o problema dos cortadores de cana. O governador também conversou com os ministros Paulo Brossard, da Justiça, e Almir Pazzianotto, do Trabalho, manifestando sua preocupação com "o pipocar desses movimentos que estão sendo registrados nesse período de tranquilidade existente no País". Montoro continua acreditando que há pessoas envolvidas nesses movimentos e que querem tumultuar o processo democrático do Brasil.

A todas as autoridades do governo federal Montoro garantiu que irá Investigar os acontecimentos. Para isso, além do inquérito policial instaurado no Município de Leme, Montoro determinou a abertura de uma rigorosa e completa sindicância. "Para que sejam apuradas todas as responsabilidades pelas mortes e pela provocação do conflito". Ao mesmo tempo, o governador solicitou que o desembargador Paulo Salvador Frontini, procurador-geral da Justiça, indicasse um promotor público para acompanhar o inquérito (foi indicado Francisco Bernardes, de Santa Rita do Passa Quatro), e, ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Luís Carlos Santos, pediu para que convide o presidente da Comissão de Justiça da Assembléia para que acompanhe também esse Inquérito (o escolhido é Marco Antônio Castello Branco).

Para Montoro, esses acontecimentos não terão repercussão sobre a candidatura de Orestes Quêrcia ao governo do Estado, e explicou por que acredita nisso: "É patente a posição do governo de reprimir as violências e a ninguém interessa essa agitação, esses atos que só podem provocar a divisão e dificultar este encontro que o Brasil está tendo com o futuro democrático". Por outro lado, ele atribuiu "à mesquinharia e à cegueira" qualquer responsabilidade pelo ocorrido em Leme ao candidato do PMDB ao governo do Estado.

No entanto, Montoro reconhece que o episódio tem um aspecto político, embora tenha procurado também mostrar a repercussão trabalhista existente: "Ele (episódio) em si tem uma significação trabalhista e tem uma significação política. É preciso que todos nos unamos no sentido de assegurar a continuidade do processo democrático. A realização das reformas exigidas pela Justiça, sem dar atenção àqueles que querem impedir, por interesses menores ou por razão de interesse partidário, a continuidade desse processo e que querem explorar atos como esses".

Nota

Antes de conceder rápida entrevista coletiva à imprensa, Montoro leu uma nota oficial, cuja íntegra é a seguinte: "Este é um dos momentos mais sérios na construção da democracia brasileira.

A derrubada do regime autoritário, a decisão de levar avante a reforma agrária, o programa contra a inflação e as medidas em defesa do desenvolvimento nacional não podem ser interrompidas sob nenhum pretexto ou por processos de agitação e violência.

Os conflitos trabalhistas não podem ser resolvidos com a intransigência dos poderosos ou a aprovação dos agitadores. A Nação repele as invasões, os assaltos às agências bancárias e a promoção de agitações.

Diante da gravidade dos acontecimentos ocorridos na cidade de Leme, com atos de violência que causaram a morte de duas pessoas, inclusive de uma menor alheia ao conflito, o governo do Estado determinou:

1 — Uma rigorosa e completa sindicância, para que sejam apuradas todas as responsabilidades, pelas mortes e pela provocação do conflito;

2- Solicitou do procurador da Justiça a indicação de um promotor público para acompanhar o inquérito policial instaurado. E ao presidente da Assembléia Legislativa para que convide o presidente da Comissão de Justiça daquela Casa, para também acompanhar o inquérito.

3- O governo do Estado tem apurado todos os casos de arbitrariedade e punido sem complacência os culpados. Assim continuará a agir".

(Página 12)